

Artigo



CLAUDIO J. D. SALES
claudio.sales@acendebrasil.com.br

Energia para um país que não pode esperar

Se Jirau não começar a funcionar em 2012, perderá o meio ambiente e perderão os consumidores

Estasemanaéumasemanaimportante para garantir a segurança de oferta de energia no Brasil. A energia adicional de que o Brasil necessitará nos próximos anos será produzida por usinas cuja construção deve ser iniciada agora, uma vez que, dependendo do porte, o prazo de construção de hidroelétricas e termoelétricas varia de três a cinco anos. Essas usinas são definidas por um processo de leilão organizado pelo governo, em que as distribuidoras de eletricidade — como a Eletropaulo, em São Paulo, a Celpe, em Pernambuco, a Enersul, no Mato Grosso do Sul — informam a quantidade de energia de que precisarão para os próximos anos, e os empreendedores fazem suas ofertas, com base numa competição em que vencem aqueles que oferecerem as menores tarifas por unidade de energia.

Trata-se de um sistema complexo, com muitas variáveis, mas com um objetivo claro: assegurar que nos próximos anos o País tenha energia suficiente para sustentar nosso crescimento, ao menor custo possível para o consumidor.

A importância desta semana está ligada ao fato de que um volume significativo de energia com o qual o País poderia contar já em janeiro de 2012 pode não ser viabilizado pela falta de decisão do Ibama, órgão responsável pelo licenciamento ambiental da Usina Hidroelétrica de Jirau. A expressão “falta de decisão” significa isso mesmo: o órgão não expressa sua decisão sobre esta licença. Não diz “sim”, mas também não diz “não”.

A consequência desta demora tem efeitos bem práticos: esta usina — programada para começar a produzir, a partir de 2012, 1.975 megawatts médios, o equivalente a 18% da energia de Itaipu — corre o risco de sofrer um atraso de até um ano se a licença para a instalação do canteiro das obras não for aprovada. Isto porque existe um conceito chamado “janela hidrológica”: depois que o leito do rio começa a encher (fenômeno que já se iniciou) as obras ficam inviabilizadas e é preciso aguardar o ano seguinte.

O próprio diretor-geral da Aneel — em ofício encaminhado ao Ibama em 3 de outubro, com cópias para os ministros de Meio Ambiente e de Minas e Energia — chamou a atenção para a ausência de obstáculos para o início das “providências preliminares da instalação da obra”, já que estamos tratando de estruturas não permanentes (canteiro de obras e enscadeiras) que permitirão a execução das obras propriamente ditas quando as chuvas de verão vierem.

Além do atraso, com consequências concretas para o aumento do risco de racionamento de energia, o diretor da Aneel calculou o “custo de substituição” da energia hidroelétrica de Jirau por uma energia gerada a partir de uma térmica a óleo combustível.

Feitas todas as contas, os números da Aneel falam por si: se esta usina a óleo combustível funcionar apenas 10% do tempo, seriam queimadas cerca de 200 mil toneladas de óleo em 2012, produzindo 600 mil toneladas de CO₂ e onerando o consumidor de eletricidade em mais de R\$ 400 milhões.

Tradução: se a usina hidroelétrica de Jirau não começar a funcionar em 2012, perderá o meio ambiente e perderão os consumidores, que pagariam uma tarifa mais alta. Isto sem considerar que o Brasil estaria abrindo mão de uma energia “segura e certa” por outra energia, substituta, que ainda teria de ser contratada em futuros leilões, o que introduz riscos adicionais nas dimensões econômica, social e ambiental.

Diante desta ameaça, faz muito sentido incluir na agenda do Ibama o fator “senso de urgência” na análise dos licenciamentos. O processo de tomada de decisões deste importante órgão de promoção do equilíbrio ambiental deve passar a incorporar o fato de que atrasos têm significado muito mais amplo do que frios cronogramas. Atrasos implicam aumento de tarifas e perdas ambientais, que, ironicamente, são boa parte das justificativas usadas para explicar a demora nas decisões.

O tempo das pessoas, da economia nacional e do Planeta deve se sobrepor ao tempo da burocracia.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)

Título	Energia para um país que não pode esperar
Veículo	DCI
Data	15 Out 2008
Autor	Claudio J. D. Sales

Esta semana é uma semana importante para garantir a segurança de oferta de energia no Brasil. A energia adicional de que o Brasil necessitará nos próximos anos será produzida por usinas cuja construção deve ser iniciada agora, uma vez que, dependendo do porte, o prazo de construção de hidroelétricas e termoeletricas varia de três a cinco anos. Essas usinas são definidas por um processo de leilão organizado pelo governo, em que as distribuidoras de eletricidade -como a Eletropaulo, em São Paulo, a Celpe, em Pernambuco, a Enersul, no Mato Grosso do Sul- informam a quantidade de energia de que precisarão para os próximos anos, e os empreendedores fazem suas ofertas, com base numa competição em que vencem aqueles que oferecerem as menores tarifas por unidade de energia.

Trata-se de um sistema complexo, com muitas variáveis, mas com um objetivo claro: assegurar que nos próximos anos o País tenha energia suficiente para sustentar nosso crescimento, ao menor custo possível para o consumidor.

A importância desta semana está ligada ao fato de que um volume significativo de energia com o qual o País poderia contar já em janeiro de 2012 pode não ser viabilizado pela falta de decisão do Ibama, órgão responsável pelo licenciamento ambiental da Usina Hidroelétrica de Jirau. A expressão "falta de decisão" significa isso mesmo: o órgão não expressa sua decisão sobre esta licença. Não diz "sim", mas também não diz "não".

A consequência desta demora tem efeitos bem práticos: esta usina -programada para começar a produzir, a partir de 2012, 1.975 megawatts médios, o equivalente a 18% da energia de Itaipu- corre o risco de sofrer um atraso de até um ano se a licença para a instalação do canteiro das obras não for aprovada. Isto porque existe um conceito chamado "janela hidrológica": depois que o leito do rio começa a encher (fenômeno que já se iniciou) as obras ficam inviabilizadas e é preciso aguardar o ano seguinte.

O próprio diretor-geral da Aneel -em ofício encaminhado ao Ibama em 3 de outubro, com cópias para os ministros de Meio Ambiente e de Minas e Energia- chamou a atenção para a ausência de obstáculos para o início das "providências preliminares da instalação da obra", já que estamos tratando de estruturas não permanentes (canteiro de obras e ensecadeiras) que permitirão a execução das obras propriamente ditas quando as chuvas de verão vierem.

Além do atraso, com consequências concretas para o aumento do risco de racionamento de energia, o diretor da Aneel calculou o "custo de substituição" da energia hidroelétrica de Jirau por uma energia gerada a partir de uma térmica a óleo combustível.

Feitas todas as contas, os números da Aneel falam por si: se esta usina a óleo combustível funcionar apenas 10% do tempo, seriam queimadas cerca de 200 mil toneladas de óleo em 2012, produzindo 600 mil toneladas de CO2 e onerando o consumidor de eletricidade em mais de R\$ 400 milhões.

Tradução: se a usina hidroelétrica de Jirau não começar a funcionar em 2012, perderá o meio ambiente e perderão os consumidores, que pagariam uma tarifa mais alta. Isto sem considerar que o Brasil estaria abrindo mão de uma energia "segura e certa" por outra energia, substituta, que ainda teria de ser contratada em futuros leilões, o que introduz riscos adicionais nas dimensões econômica, social e ambiental.

Diante desta ameaça, faz muito sentido incluir na agenda do Ibama o fator "senso de urgência" na análise dos licenciamentos. O processo de tomada de decisões deste importante órgão de promoção do equilíbrio ambiental deve passar a incorporar o fato de que atrasos têm significado muito mais amplo do que frios cronogramas. Atrasos implicam aumento de tarifas e perdas ambientais, que, ironicamente, são boa parte das justificativas usadas para explicar a demora nas decisões.

O tempo das pessoas, da economia nacional e do Planeta deve se sobrepor ao tempo da burocracia.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)